JNT FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL
ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE OUTUBRO
Ed. 78. Vol. 2 - Págs. 267-276
DOI: 10.5281/zenodo.23691768




CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

QUALIS A2



# GÊNERO, RAÇA E INVISIBILIDADE FEMININA NO COMÉRCIO INFORMAL “INTERSECCIONALIDADE, ESTEREÓTIPOS E RESISTÊNCIA DAS VENDEDORAS AMBULANTES”: UM ESTUDO TEÓRICO E BIBLIOGRÁFICO[1]

# GENDER, RACE, AND FEMALE INVISIBILITY IN INFORMAL TRADE “INTERSECTIONALITY, STEREOTYPES, AND RESISTANCE AMONG STREET VENDORS”: A THEORETICAL AND BIBLIOGRAPHICAL STUDY



**Iago Silva DIAS[2]**
**Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)**
**Centro Educacional CERRATO**
**E-mail: iago.cerratotecnico@gmail.com**
**ORCID: http://orcid.org/0009-0001-3456-0394**

**RESUMO**

O artigo analisa criticamente as relações entre gênero, raça, classe e invisibilidade social no comércio informal feminino, tomando como referência contextual o trabalho de mulheres vendedoras ambulantes em Araguaína, Tocantins. Busca-se compreender de que modo as desigualdades estruturais e as representações estereotipadas condicionam o reconhecimento social do trabalho dessas mulheres e como suas práticas cotidianas podem expressar estratégias de sobrevivência, agência e resistência. Trata-se de pesquisa teórica, qualitativa e bibliográfica, desenvolvida por revisão narrativa e interpretação interdisciplinar de obras sobre mercado de trabalho, interseccionalidade, racialidade, representações culturais e economia informal. O diálogo entre Gonzalez, Crenshaw, Carneiro, Davis, Hall, Saffioti, Soares e Pamplona permite identificar três proposições: a informalidade não é experiência homogênea, pois se articula a hierarquias de raça e gênero; a visibilidade econômica das ambulantes pode coexistir com seu não reconhecimento como sujeitos de direitos; e as redes de apoio e as táticas cotidianas de permanência não eliminam a precariedade do trabalho. Conclui-se que a compreensão do comércio ambulante feminino exige articular redistribuição material, reconhecimento social e participação das trabalhadoras nas políticas públicas. A análise não apresenta dados

[1] Artigo vinculado à Dissertação de Mestrado acadêmico, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT, 2025).

2 COMO CITAR: (ABNT): DIAS, I. S. GÊNERO, RAÇA E INVISIBILIDADE FEMININA NO COMÉRCIO INFORMAL: INTERSECCIONALIDADE, ESTEREÓTIPOS E RESISTÊNCIA DAS VENDEDORAS AMBULANTES: UM ESTUDO TEÓRICO E BIBLIOGRÁFICO. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Outubro de 2026 - Ed. 78. VOL. 02. Págs. 267-276. Disponível: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: ___/___/___.

empíricos inéditos sobre Araguaína, indicando a necessidade de pesquisas de campo para verificar as hipóteses formuladas.

**Palavras-chave:** Comércio informal. Mulheres ambulantes. Interseccionalidade. Invisibilidade social. Resistência feminina.

**ABSTRACT**

This article critically examines the relationships among gender, race, class and social invisibility in women's informal commerce, taking female street vendors in Araguaína, Tocantins, Brazil, as its contextual reference. Its objective is to understand how structural inequalities and stereotypical representations shape the recognition of these women's work and how everyday practices may express strategies of livelihood, agency and resistance. This theoretical, qualitative, bibliographical study uses a narrative literature review and an interdisciplinary interpretation of studies on labor markets, intersectionality, raciality, cultural representation and informal economies. The dialogue among Gonzalez, Crenshaw, Carneiro, Davis, Hall, Saffioti, Soares and Pamplona suggests three propositions: informality is not homogeneous, as it intersects with gendered and racial hierarchies; economic visibility may coexist with a lack of recognition as rights-bearing subjects; and solidarity networks and daily strategies do not erase precarious labor conditions. The article concludes that understanding women's street vending requires combining material redistribution, social recognition and workers' participation in public policies. No original field findings about Araguaína are presented, and future field research is recommended to assess these propositions.



**Keywords:** Informal commerce. Female street vendors. Intersectionality. Social invisibility. Women's resistance.

## INTRODUÇÃO

O comércio informal constitui parte significativa da vida econômica urbana brasileira e compreende diferentes situações de trabalho, níveis de autonomia, formas de circulação e vínculos de proteção social. Nas cidades, mulheres que comercializam mercadorias e serviços em ruas, feiras, praças ou trajetos móveis produzem renda e participam da sociabilidade cotidiana. Entretanto, a presença perceptível das vendedoras na paisagem urbana nem sempre corresponde ao reconhecimento de sua importância econômica, cultural e política.

A compreensão desse fenômeno exige ultrapassar explicações individualizantes da informalidade. A inserção laboral de mulheres é historicamente atravessada por desigualdades na divisão sexual do trabalho, sobrecarga de cuidados e assimetrias de renda e oportunidade. Tais fatores assumem configurações específicas quando articulados ao racismo e à classe social, o que torna inadequada qualquer caracterização da categoria "mulheres ambulantes" como grupo uniforme (Davis, 2016; Gonzalez, 2020; Carneiro, 2011).

O recorte contextual desta reflexão é Araguaína, município do norte tocantinense marcado por centralidade comercial regional e transformações urbanas. Não se presume, contudo, que os padrões descritos pela literatura nacional se reproduzam de modo idêntico na cidade. A referência ao município orienta questões de investigação e recomendações analíticas que ainda demandam observação direta, entrevistas e exame da regulação local.



Formula-se o seguinte problema: de que modo a articulação entre gênero, raça e classe pode produzir mecanismos de invisibilização social das mulheres no comércio ambulante e, simultaneamente, conformar estratégias de resistência e reivindicação de reconhecimento? O objetivo geral é analisar teoricamente essas relações. Especificamente, pretende-se: contextualizar a inserção histórica das mulheres no trabalho; discutir a interseccionalidade das desigualdades; interpretar estereótipos e dispositivos de invisibilização; e sistematizar possibilidades de resistência e orientações para políticas públicas.

A justificativa científica reside na necessidade de relacionar literatura sociológica, feminista e cultural a uma atividade muitas vezes tratada apenas sob o enfoque da sobrevivência econômica. Socialmente, o estudo contribui para problematizar a distância entre contribuição cotidiana e participação efetiva das trabalhadoras na definição dos usos e das regras do espaço urbano. A tese orientadora sustenta que a visibilidade na venda pode coexistir com invisibilidade política e institucional.

## METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza teórica e abordagem qualitativa, com finalidade interpretativa e caráter bibliográfico. Emprega revisão narrativa de literatura, adequada à articulação crítica de conceitos provenientes de diferentes tradições disciplinares. O corpus foi definido a partir das referências apresentadas no texto-base de Iago Silva Dias e da bibliografia disponibilizada para esta versão do artigo. A escolha das obras considera pertinência ao problema e complementaridade

conceitual, sem pretensão de exaustividade ou de replicabilidade própria de uma revisão sistemática.

O procedimento compreendeu quatro movimentos: (a) identificação dos argumentos sobre inserção feminina, informalidade e racismo; (b) aproximação das categorias de interseccionalidade, racialidade e representação; (c) análise das tensões entre precarização, agência e resistência; e (d) formulação de proposições analíticas para compreender a situação das ambulantes. As referências documentais e estatísticas do texto original foram tratadas como elementos contextuais e não como prova suficiente de causalidade ou de incidência local.



As categorias de análise foram organizadas em cinco eixos: trabalho feminino e segregação ocupacional; intersecção entre gênero, raça e classe; invisibilidade e reconhecimento; estereótipos e relações de poder; e resistência cotidiana. Não foram efetuadas entrevistas, observação participante ou coleta de dados primários para este artigo. Menções do documento original a investigações de campo vinculadas à dissertação não são convertidas aqui em resultados inéditos, pois seus protocolos, amostras e registros não integram o material analisado.

O alcance das conclusões, portanto, é argumentativo e conceitual. Não se estimam prevalências ou magnitudes de discriminação entre ambulantes em Araguaína; tampouco se atribuem a todas as trabalhadoras trajetórias e experiências iguais. A confirmação de hipóteses sobre acesso a espaços, abordagens comerciais, episódios discriminatórios e políticas municipais dependerá de pesquisa empírica específica.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### A Mulher no Mercado de Trabalho: Segregação, Cuidado e Informalidade

A inserção das mulheres no mundo do trabalho não corresponde a um movimento homogêneo de passagem do espaço doméstico para o mercado. Mulheres pobres e negras historicamente participaram de atividades remuneradas e não remuneradas fora e dentro dos domicílios, muitas vezes em condições desiguais e com reconhecimento social limitado. Na análise de Davis (2016), a relação entre trabalho, raça e classe ajuda a compreender por que a experiência do trabalho feminino não pode ser explicada apenas pela oposição entre esfera doméstica e esfera produtiva.

Saffioti (2004) contribui para interpretar gênero, raça e classe como estruturas sociais entrelaçadas, em vez de fatores isolados que se somariam

mecanicamente. A associação histórica do feminino ao cuidado e aos serviços, acompanhada da atribuição desigual de responsabilidades familiares, constitui condição importante para discutir a inserção de mulheres em ocupações com flexibilidade aparente, mas com renda instável e proteção limitada.

O comércio informal deve ser compreendido em sua diversidade de formas de organização. Pamplona (2013), ao estudar o comércio ambulante, indica que as atividades variam quanto à mobilidade, aos pontos de venda e às condições de exercício. Essa heterogeneidade impede tratar qualquer comerciante de rua como necessariamente destituído de iniciativa econômica ou de capacidade de organização. Por outro lado, a existência de autonomia operacional não equivale a segurança financeira ou social.



A distinção entre possibilidade de criar renda e trabalho digno é decisiva. A escolha de trajetos, mercadorias, horários e estratégias de venda pode expressar conhecimento comercial, mas também responder a restrições de acesso ao emprego protegido e à distribuição desigual de tarefas domésticas. Por isso, análises do empreendedorismo feminino precisam considerar os custos concretos da reprodução da vida e não apenas narrativas individuais de superação.

**Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe**

A interseccionalidade constitui uma ferramenta para examinar formas de vulnerabilidade que não se deixam apreender por categorias sociais isoladas. Crenshaw (2002) argumenta que políticas e leituras centradas apenas em gênero ou apenas em raça podem obscurecer experiências específicas de mulheres situadas em múltiplas relações de subordinação. Desse modo, reconhecer as diferenças entre mulheres não enfraquece a análise de gênero; pelo contrário, torna-a historicamente situada.

No Brasil, Gonzalez (2020) permite compreender que racismo e sexismo participam conjuntamente da distribuição desigual de oportunidades, da classificação das ocupações e da construção de imagens sociais sobre mulheres negras. Sua contribuição é particularmente importante para interpretar o trabalho informal como campo em que a reprodução econômica se articula à disputa por respeito e legitimidade.

Carneiro (2011) demonstra que a crítica ao racismo precisa considerar as estruturas de acesso ao trabalho, à educação e à cidadania. A vulnerabilidade não deve ser entendida como característica inerente a determinadas mulheres, mas como resultado de relações históricas e institucionais. Nessa direção, a baixa proteção de

uma ocupação pode ter efeitos distintos conforme condições de renda, raça, maternidade, idade, mobilidade e redes de apoio.

Na atividade ambulante, o enfoque interseccional sugere perguntas que uma perspectiva exclusivamente econômica não responderia: quem consegue circular em determinados espaços? Quais imagens de credibilidade ou suspeição se atribuem às trabalhadoras? Como a responsabilidade pelo cuidado interfere na duração da jornada? Que tipos de interação são experimentados por mulheres com distintos pertencimentos sociais? Essas questões são hipóteses de investigação e não descrições comprovadas de todas as vendedoras de Araguaína.



**Racismo, Estereótipos e Produção da Invisibilidade Social**

A invisibilidade do trabalho feminino não pressupõe ausência física das trabalhadoras no espaço público. Refere-se à possibilidade de que sua contribuição seja percebida no circuito de consumo, mas negligenciada nas narrativas sobre desenvolvimento, na elaboração de normas ou nas políticas de proteção. Trata-se de uma tensão entre presença econômica e reconhecimento social, intensificada quando preconceitos atribuem valor desigual a corpos, ocupações e formas de conhecimento.

Hall (2016) compreende a representação como processo de produção de sentidos. Os estereótipos operam ao reduzir sujeitos a características fixas e simplificadoras, sobretudo em relações assimétricas de poder. Aplicada ao comércio ambulante, essa abordagem permite questionar imagens que associam automaticamente mulheres vendedoras à desordem, à incapacidade profissional ou à dependência, sem analisar as práticas de gestão, negociação e trabalho que sustentam a atividade.

Carneiro (2023) amplia a discussão ao evidenciar o papel da racialidade na produção social do outro como sujeito menos reconhecido. A desqualificação de mulheres negras não incide somente sobre rendimentos e posições ocupacionais; pode alcançar sua credibilidade e o valor conferido às suas práticas e saberes. Essa perspectiva impede reduzir o problema da invisibilidade a uma questão de comunicação, desvinculada de relações estruturais.

A análise crítica deve distinguir discriminação, conflito regulatório e divergências comerciais. A existência de regras municipais ou restrições de acesso a propriedades privadas não constitui, por si só, prova de racismo ou sexismo. É necessário examinar as normas concretas, sua aplicação e os relatos das envolvidas para identificar quando critérios formalmente neutros produzem tratamento desigual. Essa precaução fortalece a consistência científica e ética das interpretações.

## Historicidade da Resistência: Das Ganhadeiras às Ambulantes Contemporâneas

A presença de mulheres no comércio de rua integra uma história longa de produção de subsistência, sociabilidade e resistência. Soares (1996), ao estudar as ganhadeiras de Salvador no século XIX, demonstra que mulheres negras ocuparam espaços da economia urbana e elaboraram estratégias de comercialização sob condições profundamente desiguais. O estudo evidencia tanto a agência das trabalhadoras quanto os limites impostos por relações escravistas e por práticas de fiscalização e controle.



A aproximação entre as ganhadeiras históricas e ambulantes contemporâneas é uma analogia interpretativa, não a afirmação de continuidade empírica linear entre realidades distintas. Interessa reconhecer que a participação feminina negra no comércio urbano tem historicidade e não pode ser narrada como fenômeno surgido apenas após reformas recentes ou crises sanitárias.

Gonzalez (2020) e Carneiro (2023) permitem deslocar o debate de uma noção abstrata de empoderamento para a análise concreta de desigualdades e práticas de enfrentamento. A circulação comercial, o compartilhamento de informações e a formação de vínculos solidários podem adquirir significados políticos, especialmente quando a legitimidade das trabalhadoras é contestada. Entretanto, reconhecer sua criatividade não autoriza idealizar a precariedade ou interpretar sofrimento e exaustão como condições desejáveis de emancipação.

A resistência deve ser analisada em conexão com recursos efetivos de proteção e com a possibilidade de participação pública. O reconhecimento de saberes produzidos na rua, conhecer clientes, gerir riscos, organizar trajetos e lidar com mudanças, é relevante, mas insuficiente sem atenção à renda, à saúde ocupacional, à segurança e ao direito de participação nas decisões que afetam a atividade.

## Trabalho Ambulante, Espaço Urbano e Reconhecimento

A atividade ambulante não constitui somente uma modalidade de troca mercantil: ela mobiliza percursos, temporalidades e interações que transformam o uso cotidiano da cidade. A contribuição de Pamplona (2013) sobre a diversidade das modalidades de comércio ajuda a compreender por que políticas uniformes podem produzir efeitos diferenciados para quem vende em pontos fixos e para quem depende de circulação constante.

O reconhecimento social das vendedoras demanda atenção a dois planos interligados. O primeiro envolve condições materiais de exercício da atividade, como acesso a serviços, proteção social e informação regulatória. O segundo diz respeito à possibilidade de ser ouvida e reconhecida como interlocutora legítima nas decisões urbanas. Se separados, esses planos podem produzir respostas incompletas: ações de valorização simbólica não substituem direitos e infraestrutura; medidas administrativas sem diálogo também podem desconsiderar necessidades reais.

No caso de Araguaína, a análise das regras de ocupação do espaço público, das práticas institucionais e das formas de organização das próprias trabalhadoras constitui agenda de pesquisa. O texto-base levanta questões relevantes acerca da presença de ambulantes em circuitos comerciais e das eventuais barreiras ao trabalho; essas possibilidades, porém, precisam ser verificadas empiricamente antes de se atribuir ocorrência ou intensidade a determinados mecanismos locais.



## RESULTADOS DA SÍNTESE TEÓRICA E DISCUSSÃO

A interpretação conjunta do material bibliográfico permite organizar resultados de natureza conceitual, e não achados de campo, em três núcleos. O primeiro é a heterogeneidade do trabalho informal feminino: diferentes regimes de mobilidade, redes de apoio, fontes de renda e responsabilidades familiares impedem generalizações. A abordagem de Pamplona (2013), articulada à perspectiva de Saffioti (2004), reforça a necessidade de examinar simultaneamente as condições ocupacionais e a divisão social do trabalho.

O segundo núcleo consiste na articulação entre visibilidade econômica e invisibilidade política. A circulação de mercadorias torna o trabalho perceptível, mas não garante seu reconhecimento como atividade socialmente relevante ou sua inclusão nas decisões que ordenam o espaço urbano. Hall (2016) ajuda a explicar a dimensão simbólica desse processo; Carneiro (2023) evidencia que a produção das imagens sociais se insere em hierarquias racializadas. Desse modo, a presença pública não elimina a possibilidade de deslegitimação.

O terceiro núcleo é a ambivalência da resistência. As práticas de criação de redes, adaptação de percursos e negociação de espaços podem expressar agência, mas também revelar limitações persistentes de proteção. Soares (1996) oferece referência histórica relevante para compreender essa tensão sem converter experiências passadas em explicações automáticas do presente. Gonzalez (2020) e Crenshaw (2002) convidam a examinar quais trabalhadoras enfrentam barreiras específicas e quais instrumentos institucionais poderiam responder a elas.

A análise sugere que intervenções públicas sensíveis às diferenças sociais devem combinar informação acessível sobre regulamentação, condições seguras de trabalho, acesso a direitos e escuta das trabalhadoras. Uma agenda empírica para Araguaína poderia incluir entrevistas consentidas, observação dos trajetos comerciais, levantamento de normas municipais e comparação entre experiências de diferentes grupos de ambulantes. Indicadores socioeconômicos e relatos locais seriam necessários para testar, aprimorar ou contestar as hipóteses deste artigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



O estudo demonstrou, no plano teórico, que gênero, raça e classe constituem dimensões indispensáveis para interpretar a invisibilidade social de mulheres no comércio informal. A questão não se limita ao caráter não regulamentado ou instável de certas ocupações: inclui processos históricos de desvalorização do trabalho feminino e representações que afetam o reconhecimento das trabalhadoras como produtoras de renda, saberes e relações sociais.

A principal contribuição do artigo consiste em articular a heterogeneidade da informalidade, as desigualdades interseccionais e a ambivalência da resistência. A presença das ambulantes no cotidiano da cidade pode coexistir com barreiras simbólicas e institucionais; por sua vez, suas estratégias de adaptação não devem ser confundidas com superação da precariedade. As relações entre essas dimensões precisam ser examinadas em contextos específicos, e não presumidas de forma universal.

Recomenda-se que estudos posteriores em Araguaína utilizem procedimentos qualitativos e instrumentos documentais capazes de conhecer as experiências heterogêneas das vendedoras, com atenção a raça, gênero, classe, formas de trabalho, responsabilidade pelo cuidado e relações com agentes privados e públicos. A formulação de políticas deverá considerar o protagonismo das próprias trabalhadoras, evitando tanto a estigmatização quanto a romantização da informalidade.

Como limitação, ressalta-se a natureza bibliográfica do texto, que não produz estimativas nem conclusões causais sobre o município. Os resultados expostos configuram síntese crítica e proposições para pesquisas futuras, e não comprovação empírica de discriminação, violência ou ausência de políticas no comércio ambulante local.

**REFERÊNCIAS**

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225–249, 2013. Disponível em: https://rebep.org.br/revista/article/view/23. Acesso em: 20 out. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia,** Salvador, n. 17, p. 57–71, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20856. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20856. Acesso em: 18 abr. 2025.